

Demonstrações Financeiras

2023

30 de junho

SICOOB NOVA CENTRAL



***Cooperativa Central
de Crédito de Goiás,
Distrito Federal e
Tocantins Ltda.***

***Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2023
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados
Cooperativa Central de Crédito Goiás,
Distrito Federal e Tocantins Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito Goiás, Distrito Federal e Tocantins Ltda. ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito Goiás, Distrito Federal e Tocantins Ltda. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 20 de março de 2023, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Cooperativa Central de Crédito Goiás,
Distrito Federal e Tocantins Ltda.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Cooperativa Central de Crédito Goiás,
Distrito Federal e Tocantins Ltda.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Cooperativa. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria da Cooperativa.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Goiânia, 29 de agosto de 2023

Pricewaterhouse Coopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Ricardo Freitas
Signed By: RICARDO BARTH DE FREITAS:28107353870
CPF: 28107353870
Signing Time: 29 de agosto de 2023 | 08:47 BRT

 Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5



Relatório da Administração

Sicoob Nova Central

30 de junho

20
23

Bem-vindos, cooperativas filiadas, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2023 da cooperativa financeira Sicoob Nova Central.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa central e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

Contexto Sicoob



Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, **o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.**

Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir as nossas cooperativas filiadas e aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.



Nossa cooperativa



O Sicoob Nova Central é uma instituição financeira cooperativa de segundo grau voltada para prestar serviços, assessoria técnica-operacional, supervisionar o funcionamento e fomentar o crédito para seu público-alvo, as cooperativas filiadas, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

Conheça nosso Conselho de Administração e Diretoria

Marcelo Baiocchi Carneiro – *Presidente*
Yusef George Nimer – *Vice-presidente*

Antonio Mazurek – *Conselheiro*
Carlos Henrique Simões Ayres – *Conselheiro*
Domingos Portilho da Cunha – *Conselheiro*
Espedito Henrique de Souza Junior – *Conselheiro*
Gilberto Alves Moraes – *Conselheiro*
João Pedro Braollos Neto – *Conselheiro*
José Alves de Sena – *Conselheiro*
José Humberto Marquez – *Conselheiro*
José Mauricio de Oliveira – *Conselheiro*
José Renner de Souza Rates – **Conselheiro**– *Conselheiro*
Leopoldo José de Araújo – *Conselheiro*
Lenise Alvarenga – *Conselheira*
Miguel Ferreira de Oliveira – *Conselheiro*
Renato Moreira da Silva – *Conselheiro*
Sergio Roberto Cardoso da Cruz – *Conselheiro*
Wilson Martins de Oliveira – *Conselheiro*

Newton José Cunha Brum – *Diretor Administrativo e Financeiro*
Alaôr José de Moraes – *Diretor de Supervisão e Riscos*
Edina Francisca de Souza Fileti – *Diretora de Operações*
Ullisses Silva Vilela Capistano – *Diretor de Negócios*

Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperativas filiadas após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 99,20% nos níveis de “AA” a “B”.





Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperativa filiada tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual são realizados pelo Conselho de Administração que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. A gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (Sicoob Nova Central e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento da Diretoria Executiva e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar as cooperativas filiadas e aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

Demonstrações dos resultados consolidados

Data-base: 30 de junho de 2023
(em reais)

Grandes números	% de crescimento	30/06/2023	31/12/2022
Resultados financeiros	234,71%	R\$ 27.213.853,87	R\$ 8.130.659,43
Patrimônio Líquido	2,94%	R\$ 490.239.942,14	R\$ 476.216.351,93
Ativos	29,51%	R\$ 4.246.481.338,59	R\$ 3.278.942.698,95
Depósitos na Centralização Financeira			
Número de cooperados	-7,69%	23	26

Carteira de Crédito	% de crescimento	30/06/2023	31/12/2022
Carteira Comercial	-23,74%	R\$ 157.046.550,39	R\$ 205.925.987,72

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 30/6/2023 o percentual de **100 %** da carteira, no montante de R\$ **157.046.550,39**.

Captações	% de crescimento	30/06/2023	31/12/2022
Centralização Financeira	33,57%	R\$ 3.703.073.731,02	R\$ 2.772.333.299,12

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 30/06/2023 o percentual de 97,83% da captação, no montante de R\$ 3.622.604.255,76.

Patrimônio de referência	% de crescimento	30/06/2023	31/12/2022
Total	-3,93%	R\$ 38.695.457,38	R\$ 40.277.183,11



Agradecemos as nossas cooperativas filiadas pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Goiânia/GO 30 de junho de 2023.



COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DE GOIAS, DISTRITO FEDERAL E TOCANTINS LTDA
SICOOB NOVA CENTRAL
CNPJ: 33.416.108/0001-19
BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

	Notas	30/06/2023	31/12/2022
ATIVO		4.246.481.338,59	3.278.942.698,85
DISPONIBILIDADES	4	11.677.368,23	63.080,03
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.761.297.469,10	2.830.659.392,33
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	933.348.586,30	869.427.239,73
Títulos e Valores Mobiliários	6	2.670.465.909,08	1.754.634.069,54
Operações de Crédito	7.a	157.046.550,39	205.928.987,72
Outros Ativos Financeiros	8	436.423,33	669.095,34
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE	7.a	(790.153,37)	(1.161.540,63)
(-) Operações de Crédito		(790.153,37)	(1.161.540,63)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	108.657,19	94.597,95
OUTROS ATIVOS	10	6.011.814,21	10.771.296,51
INVESTIMENTOS	11	457.256.604,47	429.162.217,93
IMOBILIZADO DE USO	12	17.433.374,31	15.332.942,85
INTANGÍVEL	13	416.714,12	480.567,19
(-) DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	12 e 13	(6.930.509,67)	(6.459.855,31)
TOTAL DO ATIVO		4.246.481.338,59	3.278.942.698,85
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.246.481.338,59	3.278.942.698,85
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	14	3.703.219.390,26	2.772.427.133,88
Relações Interfinanceiras		3.703.073.731,02	2.772.333.299,12
Centralização Financeira - Cooperativas		3.703.073.731,02	2.772.333.299,12
Outros Passivos Financeiros	15	145.659,24	93.834,76
PROVISÕES	16	1.394.340,22	1.205.055,84
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	17	828.840,43	860.759,15
OUTROS PASSIVOS	18	50.798.825,54	40.946.364,32
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		490.239.942,14	463.503.385,66
CAPITAL SOCIAL	19	431.743.359,30	424.362.529,56
RESERVAS DE SOBRAS		32.436.089,70	33.521.188,50
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(1.153.360,73)	(1.200.173,05)
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		27.213.853,87	6.819.840,65
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.246.481.338,59	3.278.942.698,85

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DE GOIAS, DISTRITO FEDERAL E TOCANTINS LTDA
SICOOB NOVA CENTRAL
CNPJ: 33.416.108/0001-19
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
Em Reais

	Notas	30/06/2023	30/06/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		221.081.441,95	76.666.136,96
Operações de Crédito	20	11.452.188,52	1.827.257,48
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	76.527.977,58	40.100.041,45
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6	133.101.275,85	34.738.838,03
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21	(221.011.034,79)	(75.485.988,32)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(221.382.422,05)	(75.236.370,04)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.e	371.387,26	(249.618,28)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		70.407,16	1.180.148,64
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS		27.302.910,66	11.156.320,04
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	22	66.426,61	23.984,72
Dispêndios e Despesas de Pessoal	23	(13.360.435,37)	(6.146.937,63)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	24	(5.730.334,77)	(3.005.717,64)
Dispêndios e Despesas Tributárias	25	(103.704,01)	(30.517,79)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	28.045.330,56	11.626.874,45
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	26	20.175.495,82	8.928.248,13
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	27	(1.789.868,18)	(239.614,20)
PROVISÕES		(194.009,65)	115.957,08
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	28	(194.009,65)	115.957,08
RESULTADO OPERACIONAL		27.179.308,17	12.452.425,76
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	29	34.545,70	(1.020,12)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		27.213.853,87	12.451.405,64
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	(1.576,17)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		-	(900,66)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		-	(675,51)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		27.213.853,87	12.449.829,47

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DE GOIAS, DISTRITO FEDERAL E TOCANTINS LTDA
SICOOB NOVA CENTRAL
CNPJ: 33.416.108/0001-19
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em Reais

	Notas	30/06/2023	30/06/2022
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO		27.213.853,87	12.449.829,47
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		46.812,32	462.310,61
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado			
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas		46.812,32	462.310,61
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		27.260.666,19	12.912.140,08

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DE GOIAS, DISTRITO FEDERAL E TOCANTINS LTDA
SICOOB NOVA CENTRAL
CNPJ: 33.416.108/0001-19
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

	Notas	30/06/2023	30/06/2022
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		27.213.853,87	12.451.405,64
Resultado de Equivalência Patrimonial		(28.045.330,56)	(11.626.874,45)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(371.387,26)	249.618,28
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		194.009,65	(115.957,08)
Depreciações e Amortizações		474.083,38	373.091,91
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		(534.770,92)	1.331.284,30
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(204.703.700,29)	-
Títulos e Valores Mobiliários		(804.999.962,20)	-
Relações Interfinanceiras		-	(6,25)
Operações de Crédito		48.882.437,33	(6.409.589,67)
Outros Ativos Financeiros		232.672,01	(226.623,71)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(14.059,24)	(35,75)
Outros Ativos		4.759.482,30	(1.726.472,71)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais			
Relações Interfinanceiras		930.740.431,90	363.535.608,88
Obrigações por Empréstimos e Repasses		-	(868,97)
Outros Passivos Financeiros		51.824,48	(20.813,83)
Provisões		(4.725,27)	221.934,32
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(36.254,28)	(443,83)
Outros Passivos		8.767.362,42	6.906.834,64
Imposto de Renda Pago		2.149,06	(900,66)
Contribuição Social Pago		2.186,50	(675,51)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(16.854.926,20)	363.609.231,25
Atividades de Investimentos			
Aquisição de Intangível		(389,53)	330.850,98
Aquisição de Imobilizado de Uso		(2.039.617,88)	944.068,98
Aquisição de Investimentos		(2.243,66)	(1.598,45)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE		(2.042.251,07)	1.273.321,51
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		3.561.499,97	560.478,24
Devolução de Capital aos Cooperados		(3.000.510,88)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE		560.989,09	560.478,24
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(18.336.188,18)	365.443.031,00
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		1.031.647.557,44	1.190.685.773,27
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		1.013.311.369,26	1.556.128.804,27
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(18.336.188,18)	365.443.031,00

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DE GOIAS, DISTRITO FEDERAL E TOCANTINS LTDA

SICOOB NOVA CENTRAL

CNPJ: 33.416.108/0001-19

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVA LEGAL ESTATUTÁRIAS	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2021		131.312.115,57	(1.949.251,69)	11.777.979,01	946.728,91	946.728,91	(1.553.766,83)	4.723.722,86	145.257.527,83
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:									
Distribuição de sobras para associados		4.723.722,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.723.722,86)	0,00
Movimentação de Capital:									
Por Subscrição/Realização		0,00	560.478,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	560.478,24
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.449.829,47	12.449.829,47
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	462.310,61	0,00	462.310,61
Saldos em 30/06/2022		136.035.838,43	(1.388.773,45)	11.777.979,01	946.728,91	946.728,91	(1.091.456,22)	12.449.829,47	158.730.146,15
Saldos em 31/12/2022		425.190.824,77	(828.295,21)	32.436.089,70	1.085.098,80	1.085.098,80	(1.200.173,05)	6.819.840,65	463.503.385,66
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:									
Distribuição de sobras para associados		6.819.840,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(6.819.840,65)	0,00
Outros Eventos/Reservas		0,00	0,00	0,00	(1.085.098,80)	0,00	0,00	0,00	(1.085.098,80)
Movimentação de Capital:									
Por Subscrição/Realização		3.001.021,73	560.478,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.561.499,97
Por Devolução (-)		(3.000.510,88)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.000.510,88)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.213.853,87	27.213.853,87
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.812,32	0,00	46.812,32
Saldos em 30/06/2023		432.011.176,27	(267.816,97)	32.436.089,70	0,00	0,00	(1.153.360,73)	27.213.853,87	490.239.942,14

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS, DISTRITO FEDERAL E TOCANTINS
LTDA**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023
Em Reais (R\$)**

1) Contexto Operacional

A **Cooperativa Central de Goiás, Distrito Federal e Tocantins Ltda.**, doravante denominado **SICOOB NOVA CENTRAL**, é uma entidade cooperativista, que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015 e 5.051/2022, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica. Neste sentido, o **SICOOB NOVA CENTRAL** coordena as ações cooperativas filiadas ao Sistema, difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. O **SICOOB NOVA CENTRAL** integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, em conjunto a outras Cooperativas Centrais e Singulares.

O SICOOB NOVA CENTRAL, sediada à **RUA 15, Nº 1.250, SETOR MARISTA, GOIÂNIA - GO**, possui 1 Filial no Distrito Federal e atua conjuntamente com mais vinte e três cooperativas singulares associadas, distribuídas nas seguintes localidades:

Localidade	Quantidade de Singulares
Anápolis/GO	1
Brasília/DF	10
Ceres/GO	1
Goianésia/GO	1
Goiânia/GO	3
Morrinhos/GO	1
Palmeiras de Goiás/GO	1
Paraíso de Tocantins/TO	1
Piracanjuba/GO	1
Quirinópolis/GO	1
Rio Verde/Go	1
Rubiataba/GO	1

O **SICOOB NOVA CENTRAL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e atuar como supervisão auxiliar das cooperativas filiadas e tem como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira as cooperativas filiadas;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e



(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo *Banco Central do Brasil* – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas *Normas Brasileiras de Contabilidade* (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e *Conselho Monetário Nacional* – CMN, consolidadas no *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional* – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020. Sua aprovação foi realizada pela Administração na 64ª Reunião da Diretoria Executiva realizada em 16/08/2023.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo *Comitê de Pronunciamentos Contábeis* - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2023:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não foram identificadas perda provável, a reversão da provisão foi efetivada no primeiro semestre de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB nº 354, de 16 de fevereiro de 2023**, que trata dos detalhes do documento COS 4111 - Saldos Contábeis Diários. O impacto principal envolveu desenvolvimento de sistema apto para geração do arquivo no leiaute exigido pelo BCB, bem como adequações nas rotinas de conciliação contábil. O documento passou a ser remetido ao órgão a partir da data-base 1º/6/2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.



b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Este normativo entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

i) **Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022:** trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;

ii) **Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022:** define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e

iii) **Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023:** define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023: estabelece procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.



Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3) Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.



f) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

h) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados por ações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do Banco Sicoob.

j) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos



contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

m) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *“pro rata die”*.

o) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas das Cooperativas filiadas, depositadas junto à Central conforme determinado no artigo 3, da Resolução CMN nº 4.677/2018.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.



u) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2023** não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.



y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

z) Instrumentos Financeiros

O SICOOB NOVA CENTRAL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2023.

4) Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários (a)	11.677.368,23	63.080,03
Operações compromissadas (b)	627.882.413,71	768.664.767,43
Cotas de Fundos de Investimento (c)	373.751.587,32	262.919.709,98
TOTAL	1.013.311.369,26	1.031.647.557,44

(a) Referem-se aos recursos mantidos em conta corrente no Banco Sicoob.

(b) Referem-se a operações compromissadas, atreladas à taxa CDI, realizadas com o Banco Sicoob, com lastro em títulos públicos federais, com vencimento inferior a 90 dias.

(c) Refere-se às aplicações em cotas de fundos de renda fixa denominados Sicoob Institucional e Sicoob Liquidez FI, administrados pelo Bancoob DTVM.



5) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Letras Financeiras do Tesouro (a)	627.882.413,71	-	768.664.767,43	-
Depósitos interfinanceiros (b)	241.235.057,72	64.231.114,87	56.541.935,38	44.220.536,92
TOTAL	869.117.471,43	64.231.114,87	825.206.702,81	44.220.536,92

- (a) Referem-se a operações lastreadas em títulos públicos federais, com remuneração atrelada à variação de 100% do CDI.
- (b) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI no Banco Sicoob, com remuneração entre 98% e 106% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 30/06/2023 e 30/06/2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	76.527.977,58	40.100.041,45

6) Títulos e Valores Mobiliários

- a) Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Participação Em Cooperativa, Exceto Cooperativa Central De Crédito (a)	-	17.868.195,86	-	17.868.195,86
Participação Em Empresa Controlada Por Cooperativa Central De Crédito (a)	-	6.324,64	-	18.824,64
Outras Participações (a)	-	25.000,00	-	12.500,00
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS	-	17.899.520,50	-	17.899.520,50

(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 269/2022. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição, conforme a Resolução CMN nº 4.817/2020.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco Central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.



b) Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Letras Financeiras do Tesouro (b)	-	2.267.532.332,47	-	1.463.232.183,00
LFT Recursos Municípios (b)	-	11.282.468,79	-	10.582.656,06
Fundo Sicoob Institucional	27.564.180,90	-	104.863.581,18	-
Fundo Sicoob Liquidez FI	346.187.406,42	-	158.056.128,80	-
TOTAL	373.751.587,32	2.278.814.801,26	262.919.709,98	1.473.814.839,06

(b) Referem-se a, substancialmente, a aplicações em títulos públicos federais, com remuneração atrelada à variação de 100% da Taxa Selic.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Títulos de Renda Fixa", foram, respectivamente:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Títulos de Renda Fixa	121.053.720,32	27.437.710,31
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	12.050.403,28	7.301.127,73
(-) Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	(2.847,75)	(0,01)
TOTAL	133.101.275,85	34.738.838,03

7) Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	96.494.704,84	60.551.845,55	157.046.550,39	145.922.700,46	59.782.922,34	205.705.622,80
Financiamentos	-	-	-	223.364,92	-	223.364,92
Total de Operações de Crédito	96.494.704,84	60.551.845,55	157.046.550,39	146.146.065,38	59.782.922,34	205.928.987,72
(-) Provisões para Operações de Crédito	(512.745,25)	(277.408,12)	(790.153,37)	(852.373,81)	(309.166,82)	(1.161.540,63)
TOTAL	95.981.959,59	60.274.437,43	156.256.397,02	145.293.691,57	59.473.755,52	204.767.447,09

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Total em 30/06/2023	Provisões 30/06/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
AA - Normal	63.860.154,11	63.860.154,11	-	61.669.729,06	-
A 0,5% Normal	33.378.143,03	33.378.143,03	(166.890,72)	56.210.388,89	(281.051,94)
B 1% Normal	58.549.246,77	58.549.246,77	(585.492,46)	84.488.440,03	(844.884,39)
B 1% Vencidas	-	-	-	3.560.429,74	(35.604,30)
C 3% Normal	1.259.006,48	1.259.006,48	(37.770,19)	-	-
Total Normal	157.046.550,39	157.046.550,39	(790.153,38)	202.368.557,98	(1.125.936,33)
Total Vencidos	-	-	-	3.560.429,74	(35.604,30)
Total Geral	157.046.550,39	157.046.550,39	(790.153,37)	205.928.987,72	(1.161.540,63)
Provisões	(790.153,37)	(790.153,37)	-	(1.161.540,63)	-
Total Líquido	156.256.397,02	156.256.397,02	-	204.767.447,09	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Empréstimos e Títulos Descontados	Empréstimos e Títulos Descontados	Empréstimos e Títulos Descontados	Financiamentos
Até 90	31.035.687,82	50.709.699,01	167.809,17	-
De 91 a 360	65.459.017,02	95.213.001,45	55.555,75	-
Acime de 360	60.551.845,55	59.782.922,34	-	-
TOTAL	157.046.550,39	205.705.622,80	223.364,92	-



d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Em 30 de junho de 2023:

Descrição	Empréstimos/TD	30/06/2023	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	1.883.289,06	1.883.289,06	1,20%
Outros	155.163.261,33	155.163.261,33	98,80%
TOTAL	157.046.550,39	157.046.550,39	100,00%

Em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2022	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	2.690.412,99	-	2.690.412,99	1,31%
Outros	203.015.209,81	223.364,92	203.238.574,73	98,69%
TOTAL	205.705.622,80	223.364,92	205.928.987,72	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial	1.161.540,63	149.916,40
Constituições/ Reversões no período	(371.387,26)	(484.389,57)
Transferência para prejuízo no período	-	1.496.013,80
Saldo Final	790.153,37	1.161.540,63

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Devedor	27.046.521,19	17,22%	33.189.181,99	16,12%
10 Maiores Devedores	154.305.944,01	98,25%	187.933.929,71	91,26%
50 Maiores Devedores	157.046.550,39	100,00%	205.928.987,72	100,00%
TOTAL	157.046.550,39	100%	205.928.987,72	100%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

8) Outros Ativos Financeiros

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Rendas a Receber (a)	20,13	-	230.705,94	-
Títulos e Créditos a Receber (b)	2.858,65	-	119,58	-
Devedores por Depósitos em Garantia (c)	-	433.544,55	-	438.269,82
TOTAL	2.878,78	433.544,55	230.825,52	438.269,82

(a) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 20,13);

(b) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: outros (R\$ 2.858,65);



(c) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis (R\$ 20.692,09); Pis Folha (R\$ 103.059,21); Cofins (R\$ 309.793,25).

9) Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar (a)	108.657,19	-	94.597,95	-
TOTAL	108.657,19	-	94.597,95	-

(a) Saldo de IRPJ/CSLL exercício 2022, já solicitada restituição dos valores, visto que só podemos fazer após a entrega da ECF – Escrituração Contábil Fiscal referente ao exercício de 2022.

10) Outros Ativos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	465.417,29	-	48.438,28	-
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta (a)	1.400.065,84	-	1.561.364,47	-
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	-	-	759,05	-
Pagamentos a Ressarcir	47.638,82	-	246.383,29	-
Devedores Diversos – País (b)	3.773.788,00	-	8.460.440,58	-
Material em Estoque	89.674,70	-	81.820,16	-
Despesas Antecipadas (d)	235.229,56	-	372.090,68	-
TOTAL	6.011.814,21	-	10.771.296,51	-

(a) Refere-se, basicamente, a adiantamentos INOVATI (R\$ 925.392,39), outros adiantamentos fornecedores diversos (R\$ 474.673,45).

(b) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar – Banco Sicoob (R\$ 18.171,38); Rateio Cooperativas Filiadas (R\$ 3.713.460,88) e outros (R\$ 60.327,12);

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

11) Investimentos

a) Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Participações em Coligadas e Controladas no País	457.256.604,47	429.162.217,93
TOTAL	457.256.604,47	429.162.217,93



O saldo é representado por ações que o SICOOB NOVA CENTRAL possui no BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A – BANCO SICOOB, avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

b) O quadro abaixo apresenta as informações dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nos períodos de 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Banco Sicoob	
	30/06/2023	31/12/2022
Número de ações/quotas	202.658.733	178.751.753
Patrimônio Líquido da Investida (i)	3.403.471.025,90	3.203.161.618,15
Lucro Líquido do Período da Investida (i)	196.190.256,30	456.614.699,66
% de Participação no Capital Social das Investidas	13,43%	13,40%
Equivalência Patrimonial/ Valor do Investimento	457.256.604,47	429.162.217,93

(i) Os valores do patrimônio líquido e lucro líquido da investida referem-se às datas-base de maio de 2023 e novembro de 2022, que foram utilizados para cálculo da equivalência patrimonial no período findo em junho de 2023 e dezembro de 2022, respectivamente.

(c) O quadro abaixo apresenta as informações de movimentação dos investimentos, nos períodos de 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Movimentação	Banco Sicoob
Saldo em 31 de dezembro de 2021	126.010.233,97
Aumento de Capital	265.244.828,59
Equivalência Patrimonial	26.103.355,65
Dividendos Recebidos (Aportados ao capital)	10.707.603,15
Ajuste a Valor de Mercado	1.096.196,57
Saldo em 31 de dezembro de 2022	429.162.217,93
Aumento de Capital	57.601.477,62
Equivalência Patrimonial	28.045.330,56
Dividendos Recebidos (Aportados ao capital)	(57.599.233,96)
Ajuste a Valor de Mercado	46.812,32
Saldo em 30/06/2023	457.256.604,47

12) Imobilizado de Uso

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	30/06/2023
Imobilizado em Curso (a)		697.874,74	1.959.986,70	-	-	-	2.657.861,44
Terrenos		1.139.318,00	-	-	-	-	1.139.318,00
Edificações	4%	7.514.098,99	-	-	-	-	7.514.098,99
Instalações	10%	2.208.635,19	-	-	-	-	2.208.635,19
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.216.013,98	41.742,68	-	(14.121,63)	-	1.243.635,03
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.903.329,91	22.698,76	-	-	-	1.926.028,67
Sistema de Segurança	10%	136.572,04	103.822,95	-	(13.698,00)	-	226.696,99



Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	30/06/2023
Sistema de Transporte	20%	517.100,00	-	-	-	-	517.100,00
Total de Imobilizado de Uso		15.332.942,85	2.128.251,09	-		(27.819,63)	17.433.374,31
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(3.506.650,84)	-	-	-	(150.281,94)	(3.656.932,78)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(593.160,78)	-	6.497,87	-	(106.894,25)	(693.557,16)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.970.786,91)	-	1.967,77	-	(220.723,65)	(2.189.542,79)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(14.251,68)	-	-	-	(51.710,04)	(65.961,72)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(6.084.850,21)	-	8.465,64	-	(529.609,88)	(6.605.994,45)
TOTAL		9.248.092,64	2.128.251,09	8.465,64	(27.819,63)	(529.609,88)	10.827.379,86

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

13) Intangível

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, o intangível estava assim composto:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2022	Aquisições	Baixas	Transferências	Amortização	30/06/2023
Sistemas De Processamento De Dados	20%	267.289,87	24.800,00	-	-	-	292.089,87
Sistemas De Comunicação E De Segurança		88.653,07	-	-	(88.653,07)	-	-
Licenças E Direitos Autorais E De Uso	10%	124.624,25	-	-	-	-	124.624,25
Intangível		480.567,19	24.800,00	-	(88.653,07)	-	416.714,12
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(375.005,10)	-	2.984,02	60.813,58	(13.307,72)	(324.515,22)
TOTAL		105.562,09	24.800,00	2.984,02	(27.839,49)	(13.307,72)	92.198,90

14) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira - Cooperativas

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remuneradas de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média parcial de 2023, equivalem a 101,54% do CDI (2022 – 100,87%).

Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Centralização Financeira - Cooperativas	3.703.073.731,02	-	2.772.333.299,12	-
TOTAL	3.703.073.731,02		2.772.333.299,12	

15) Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	145.659,24	-	93.834,76	-
TOTAL	145.659,24		93.834,76	

Referem-se a provisão para pagamento de despesas com fornecedores.



16) Provisões

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	11.400,51	769.395,16	2.385,28	584.400,74
Provisão Para Contingências (b)	-	613.544,55	-	618.269,82
TOTAL	11.400,51	1.382.939,71	2.385,28	1.202.670,56

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, a Cooperativa é responsável por cobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Cobrigações Prestadas	45.682.699,24	24.458.512,10
TOTAL	45.682.699,24	24.458.512,10

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS	20.692,09	20.692,09	25.345,00	25.345,00
PIS FOLHA	103.059,21	103.059,21	38.021,73	38.021,73
COFINS	309.793,25	309.793,25	374.903,09	374.903,09
Outras Contingências	180.000,00	-	180.000,00	-
TOTAL	613.544,55	433.544,55	618.269,82	438.269,82

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB NOVA CENTRAL, não existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, classificados com risco de perda possível.

17) Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	4.335,56	-	-	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	19.080,12	-	11.093,54	-
Impostos e Contribuições sobre Salários	805.267,77	-	849.167,47	-
Outros	156,98	-	498,14	-
TOTAL	828.840,43	-	860.759,15	-



18) Outros Passivos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Transações	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	6.202.746,56	-	5.059.673,87	-
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	3.506.246,55	-	2.346.929,65	-
Credores Diversos – País (c)	41.089.832,43	-	33.539.760,80	-
TOTAL	50.798.825,54	-	40.946.364,32	-

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Gratificações e Participações a Pagar	9.600,00	-	-	-
Cotas de Capital a Pagar	-	-	510,86	-
Fundos Voluntários (a.1)	2.804.189,09	-	1.719.090,29	-
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	3.388.957,47	-	3.340.072,72	-
TOTAL	6.202.746,56	-	5.059.673,87	-

(a.1) Os valores registrados a título de Fundos Voluntários, referem-se:

I) Fundo de Marketing - que tem finalidade de execução da Política Institucional de Comunicação e Marketing.

II) Fundo de Expansão - tem como objetivo reunir recursos financeiros para custear o plano de expansão das cooperativas singulares filiadas.

(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R\$ 3.187.648,98 em 06/2023 e R\$ 2.102.973,20 em 12/2022); e outros (R\$ 318.597,57 em 06/2023 e R\$ 243.956,45 em 12/2022);

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar Banco Sicoob (R\$ 258.822,80 em 06/2023 e R\$ 487.348,50 em 12/2022), Custo de lançamento - Centralização financeira (R\$ 39.531.486,04 em 06/2023 e R\$ 32.234.245,12 em 12/2022), Apoio Financeiro SESCOOP (R\$ 473.563,53 em 06/2023 e R\$ 421.846,94 em 12/2022), Convênio - BANCOOB // SESCOOP (R\$ 339.685,03 em 06/2023 e R\$ 60.080,03 em 12/2022), outros (R\$ 486.275,03 em 06/2023 e R\$ 336.240,21 em 12/2022).



19) Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No período de 30 de junho de 2023, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 7.380.829,74** sendo: **R\$ 560.989,09** com recursos provenientes da integralização de capital para e **R\$ 6.819.840,65** com saldo de distribuição de sobras conforme deliberação realizada em assembleia geral ordinária.

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Capital Social	431.743.359,30	424.362.529,56
Associados	23	26

No 1º semestre de 2023, houve redução no número de associados em decorrência de incorporações das cooperativas filiadas.

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

d) Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No período de 30 de junho de 2023, o SICOOB NOVA CENTRAL realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no Banco Sicoob, e registrou como outros resultados abrangentes as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

e) Reservas estatutárias

Reserva de sobras utilizada para cobertura de despesa de Marketing, para divulgação do sistema Sicoob Nova Central. No período de 30 de junho de 2023 houve a reclassificação do saldo de reservas estatutárias para o passivo, fundo voluntários.

20) Receitas de Operações de Crédito

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Empréstimos	11.417.315,80	1.689.196,80
Rendas de Financiamentos	4.872,72	38.060,68
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	30.000,00	100.000,00
TOTAL	11.452.188,52	1.827.257,48



21) Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos (Remuneração Centralização financeira a filiadadas)	(221.382.422,05)	(75.236.370,04)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	801.830,78	26.950,78
Provisões para Operações de Crédito	(430.443,52)	(276.562,81)
Provisões para Repasses Interfinanceiros	-	(6,25)
TOTAL	(221.011.034,79)	(75.485.988,32)

22) Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Convênios	210,21	27,45
Rendas de Comissão	66.216,40	23.957,27
TOTAL	66.426,61	23.984,72

23) Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(82.877,00)	(49.000,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.613.871,62)	(664.007,99)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.573.792,43)	(990.032,56)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.565.186,34)	(1.248.548,15)
Despesas de Pessoal - Proventos	(6.496.982,67)	(3.149.552,45)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(12.179,52)	(3.137,00)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(15.545,79)	(42.659,48)
TOTAL	(13.360.435,37)	(6.146.937,63)

24) Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(57.678,34)	(92.085,94)
Despesas de Aluguéis	(20.571,84)	(24.420,42)
Despesas de Comunicações	(151.583,37)	(48.435,16)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(122.957,17)	(114.078,05)
Despesas de Material	(38.295,52)	(43.640,11)
Despesas de Processamento de Dados	(1.078.068,88)	(385.088,11)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(472.070,34)	(119.615,74)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(35.618,51)	(324.788,70)
Despesas de Publicações	(11.403,21)	(17.706,65)
Despesas de Seguros	(51.166,95)	(2.842,24)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(155.246,97)	(40.721,43)
Despesas de Serviços de Terceiros	(182.863,60)	(151.473,27)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(111.191,83)	(51.024,41)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(647.494,03)	(265.226,82)
Despesas de Transporte	(45.954,59)	(9.272,06)
Despesas de Viagem ao Exterior	(6.000,71)	-
Despesas de Viagem no País	(256.767,88)	(13.845,94)
Despesas de Amortização	(13.752,72)	(60.089,04)
Despesas de Depreciação	(460.330,66)	(313.002,87)
Rateio de Despesas do Sicoob Confederação	(907.527,90)	(868.705,91)
Disp. Centro de Serviços Compartilhados – CCS	(417.674,30)	-
Despesas de Condomínio	(218.371,23)	-
Outras Despesas Administrativas	(267.744,22)	(59.654,77)
TOTAL	(5.730.334,77)	(3.005.717,64)

25) Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas Tributárias	(34.162,81)	(26.573,33)
Disp. Impostos s/ Serviços - ISS	(3.355,35)	(2.043,77)
Despesas de Contribuição ao COFINS	-	(1.635,01)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(66.185,85)	(265,68)
TOTAL	(103.704,01)	(30.517,79)



26) Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	109.548,41	58.774,07
Outras rendas operacionais (a)	20.065.947,41	8.852.583,70
Rendas de cartões de crédito e aquisição	-	16.890,36
TOTAL	20.175.495,82	8.928.248,13

a) Aumento relevante no saldo é decorrente da incorporação do Sicoob Planalto Central e suas filiadas em dezembro de 2022.

27) Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Outras Despesas Operacionais	(41.155,07)	(60,49)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(9,48)	-
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(59.769,00)	-
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(329.719,09)	(239.553,71)
Despesas Vinculadas aos Fundos Voluntários (a)	(1.359.215,54)	-
TOTAL	(1.789.868,18)	(239.614,20)

a) Registros de despesas cobertas pelos fundos voluntários: fundos de Marketing e expansão para uso exclusivo das cooperativas filiadas originárias do Sicoob Planalto Central. Saldos serão revertidos no final do exercício para sobras acumuladas.

28) Despesas com Provisões

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(194.009,65)	115.957,08
Provisões para Garantias Prestadas	(401.791,09)	(2.155,76)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	207.781,44	118.112,84
TOTAL	(194.009,65)	115.957,08

29) Outras Receitas e Despesas

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Ganhos de Capital	10.183,78	-
Rendas de Aluguéis	24.361,92	-
(-) Perdas de Capital	-	(1.020,12)
TOTAL	34.545,70	(1.020,12)

30) Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no período de 30 de junho de 2023 e 2022.

31) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica. Caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.



a) Cooperativas Singulares

Transação	Ativo/(Passivo) - Receitas/ (Despesas)	
	30/06/2023	31/12/2022
Operações de crédito	156.256.397,02	204.767.447,09
Valores a receber		
Rateio/Alocação Filiadas	3.421.792,85	3.070.522,88
Centralização Financeira	3.703.073.731,02	2.772.333.299,12
Passivo		
Juros sobre capital próprio	-	(19.238.468,17)
Patrimônio Líquido		
Capital Social	431.743.359,30	424.362.529,56
Receitas		
Operações de crédito	11.452.188,52	5.335.328,95
Despesas		
Rateio/Alocação Filiadas	22.849.811,94	22.441.181,02
Centralização Financeira	(221.382.422,05)	(194.997.901,34)

b) Entidades relacionadas

Transação	Banco Sicoob	
	30/06/2023	31/12/2022
Ativos		
Depósitos bancários	11.677.368,23	63.080,03
Aplicações interfinanceiras de liquidez	933.348.586,30	869.427.239,73
Títulos e valores mobiliários	2.670.465.909,08	1.754.634.069,54
Investimentos	457.256.604,47	429.162.217,93
Receitas		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	76.527.977,58	93.031.387,85
Títulos e valores mobiliários	133.104.123,60	98.415.622,88
Receita com Equivalência Patrimonial	28.045.330,56	26.103.355,67

Transação	Sicoob Confederação	
	30/06/2023	31/12/2022
Despesas		
Serviços de TI	(26.675,31)	(22.906,02)
Rateio de Despesa	(907.527,90)	(1.171.215,04)
Investimentos	17.051.095,88	17.051.095,88



Transação	CNAC	
	30/06/2023	31/12/2022
Despesas		
Serviços de auditoria	(84.647,61)	(84.647,61)
Investimentos	817.099,98	817.099,98

b) Remuneração do pessoal chave da administração

Nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS (R\$)		
Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Honorários Conselho Fiscal	(82.877,00)	(49.000,00)
Honorários - Conselho de Administração	(1.613.871,62)	(664.007,99)
Encargos Sociais	(391.646,74)	(162.519,17)

b) Operações com entidades relacionadas

As operações do SICOOB NOVA CENTRAL são substancialmente realizadas com partes relacionadas, como Cooperativas Filiadas, Banco Sicoob, Sicoob Confederação e demais entidades relacionadas.

32) Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955, de 21/10/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	38.695.457,38	40.277.183,11
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	288.311.340,69	238.200.580,48
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	12,86	15,82
Índice de imobilização (limite 50%) %	27,98	22,96

33) Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Contribuição Previdência Privada	(120.357,81)	(19.459,61)
TOTAL	(120.357,81)	(19.459,61)



34) Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

34.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

34.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.



O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

34.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados



pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;



- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

34.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:



- a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
 - a.4) definição de planos de contingência.
- b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

34.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.



O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

34.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

34.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.



35) Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Edina Francisca de Souza Fileti
Diretora de Operações

Lorena Teixeira Rezende Dias
Gerente Contábil - CRC nº 16.895/O-6

